

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 115.737 - CE (2019/0212922-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE** : **CLEBER JOSE MARTINS (PRESO)**  
**ADVOGADO** : **WALDYR FRANCISCO DOS SANTOS SOBRINHO - CE029442**  
**RECORRIDO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por CLEBER JOSE MARTINS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (HC n. 0626128-05.2018.8.06.0000).

O recorrente foi preso preventivamente, em 12/2/2019, pela prática dos crimes descritos nos arts. 304 do Código Penal e 28 da Lei n. 11.343/2006.

Nesta via, o recorrente alega, em breve síntese, a existência de excesso de prazo na manutenção da referida providência cautelar.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão de *habeas corpus* com expedição de salvo conduto em favor do paciente.

A liminar foi indeferida.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 127-132).

É o relatório.

**Dos elementos colacionados aos autos**, infere-se que o recorrente teve a prisão preventiva decretada em 14/2/2019, como incurso nos arts. 304 do Código Penal e art. 28 da Lei n. 11.343/2013. Posteriormente, o acusado foi denunciado pela prática do crime do art. 304 do Código Penal, tendo a exordial acusatória sido recebida em 12/3/2019. A defesa preliminar foi apresentada em 25/3/2019, ratificado o recebimento da denúncia em 1/4/2019, quando foi designada audiência de instrução de julgamento para o dia 27/11/2019.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, suscitando excesso de prazo para a medida alternativa, tendo aquela Corte asseverado que *o paciente já responde a outros processos criminais, inclusive já possui condenações que somadas ultrapassam os 50 (cinquenta) anos, além de que quando foi preso se constatou que era réu e foragido de outra unidade da Federação (Goiânia/GO), o que evidencia a o desrespeito a ordem pública e sua periculosidade ao meio social.*

No tocante ao alegado excesso de prazo para a formação de culpa, cumpre destacar que, consoante orientação jurisprudencial desta Corte Superior de Justiça, os lapsos temporais indicados na legislação pátria para a finalização dos atos processuais servem apenas como parâmetro geral, não se podendo deduzir o excesso apenas pela soma aritmética dos prazos legais.

De fato, em homenagem ao princípio da razoabilidade, admite-se certa variação nos referidos prazos, de acordo com as peculiaridades de cada caso concreto, devendo o constrangimento ser reconhecido como ilegal somente quando o retardo ou a delonga sejam injustificados e possam ser atribuídos ao Judiciário.

Embora seja dever do Estado primar pela célere prestação jurisdicional, em

homenagem ao princípio constitucional da razoável duração do processo, forçoso reconhecer que, no caso examinado, não se vislumbra manifesto constrangimento ilegal passível de ser sanado por este Tribunal Superior.

Na espécie, não há que se falar em desídia ou negligência do Estado-Juiz para com seus cidadãos, inexistindo, portanto, coação advinda de excesso de prazo na formação de culpa, já que não foram transpostos os limites da razoabilidade, não se podendo concluir como excessivo o tempo decorrido até o momento, mostrando-se inviável a soltura do paciente por este fundamento, consideradas, ainda, as particularidades do caso concreto.

Nesse norte (destaques acrescentados):

*HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AUSÊNCIA. PARECER ACOLHIDO.*

*1. Caso em que não se está diante de excepcionalidade a justificar a precoce extinção da ação penal. A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal, o que permite a compreensão dos fatos e possibilita o amplo exercício da defesa e do contraditório. Não há razão para impedir o Estado-Administração de demonstrar a eventual responsabilidade penal dos acusados, isso, diante do quadro apresentado, implicaria cercear o direito-dever do Poder Público em apurar a verdade sobre o que se passou.*

*2. Na espécie, a peça acusatória narra que o paciente integra uma associação criada para a prática de tráfico de drogas, que tem forte ligação com o Comando Vermelho.*

*3. Segundo pacífico entendimento doutrinário e jurisprudencial, a configuração de excesso de prazo não decorre da soma aritmética de prazos legais. A questão deve ser aferida segundo os critérios de razoabilidade, tendo em vista as peculiaridades do caso.*

*4. Na hipótese dos autos, o Magistrado de piso parece estar tomando todas as medidas para o andamento do feito, tanto que realizou audiência de instrução e, em nenhum momento, deixou o processo paralisado. Além de que o processo conta com vários réus, demandando a realização de várias diligências.*

*5. Ao indeferir o pedido de revogação da prisão preventiva, o Magistrado destacou que o paciente possui outros processos criminais em tramitação, demonstrando, assim, a sua habitualidade na prática de crimes, fundamento suficiente para manter a prisão cautelar.*

*6. Ordem denegada.*

*(HC 455.552/RJ, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 05/09/2019, DJe 17/09/2019)*

*HABEAS CORPUS. ROUBO DUPLAMENTE MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR. AUSÊNCIA DO DECRETO PRISIONAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE CARACTERIZADA. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO JUÍZO. EVENTUAL MORA DECORRENTE DAS PECULIARIDADES DO FEITO. PLURALIDADE DE RÉUS. EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS E ANÁLISE DE PEDIDOS DE LIBERDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

*1. Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal - STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça - STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.*

*2. O pedido de revogação das prisões preventivas se torna inviável de apreciação, pois constata-se que o writ está deficientemente instruído diante da ausência de cópia que decretou a prisão preventiva, documento essencial ao exame da controvérsia e da plausibilidade do pedido.*

*3. Constitui entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça que somente configura constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, apto a ensejar o relaxamento da prisão cautelar, a mora que decorra de ofensa ao princípio da razoabilidade, consubstanciada em desídia do Poder Judiciário ou da acusação, jamais sendo aferível apenas a partir da mera soma aritmética dos prazos processuais.*

*4. Na hipótese, eventual mora na tramitação do processo não pode ser atribuída ao Juízo, mas às peculiaridades do caso, considerando a pluralidade de réus (3), sendo um deles com advogado distinto, e a complexidade do feito, que demanda a oitiva de diversas testemunhas, inclusive sendo necessária a expedição de cartas precatórias, ofícios, análises de pedidos de liberdade provisória e prestação de informações em habeas corpus.*

*Consta, ainda, despacho datado de 7/5/2019 para a indicação/nomeação de advogado para a defesa de um dos pacientes, haja vista a renúncia defensor anterior.*

*5. Não há, pois, falar em desídia do Magistrado condutor, o qual tem diligenciado no sentido de dar andamento ao processo, não podendo ser imputada ao Judiciário a responsabilidade pela demora do feito.*

*6. Habeas corpus não conhecido.*

*(HC 458.996/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 05/08/2019)*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Por essas razões, inviável o reconhecimento de constrangimento ilegal por excesso de prazo no presente caso.

Diante do exposto, **nega-se provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator